

Prezado

Artur Cesar Ferreira Reis.

Uma série de contratempos impediu-me de responder com a conveniente rapidez à sua carta de 16 de corrente, recebida há alguns dias. Nela v. me repreende com alguma ponta de azedume para finalizar, depois de sugerir que eu me emende, com um complacente "Certo ?"

Acontece que o pito é que não está certo. Para começo de conversa v. se declara "pasma com a total ausência de referência, por mais reduzida que fosse, à Amazonia no período que é objeto dos dois volumes em questão (6º e 7º). No caso do último (7º), todo de autoria minha, devo explicar que não pretende ser se não uma síntese predominantemente da política interna do referido período. Como eu me estendesse em demasia, não foi possível fazer dêle um simples capítulo do anterior (6º), com o qual terminaria o tratamento do Brasil Monárquico. Ainda assim, precisei reduzir o texto que, de outra forma, ficaria muito prolixo. De qualquer maneira o material que não correspondesse mais diretamente a uma periodização ditada pela política interna ficaria excluído, ou porque já saiu no livro e capítulo competente, ou porque deva ser incluído no tomo da República. Assim, o caso a que v. se refere da "exploração de um hinterland que aguçou o interesse de cientistas brasileiros e estrangeiros etc." e que v. ficou pasmo de não ver abordado nos volumes incriminados. Não o poderia ver mesmo, pois o assunto já foi tratado devidamente em dois longos capítulos, o VII e o VIII do vol. 5º (sem falar no capº V do 3º) que abrangem todo o Brasil Monárquico, inclusive o período que, de um prisma puramente político, corresponderia ao 7º. E acho que naquêles capítulos à Amazonia coube, com justiça, a parte de leão. Para que repetir, mesmo resumidamente, o que já está dito ?

Diz mais sua carta que a Amazonia também provocou a "incorporação de novas áreas territoriais e, por fim, a série de conflitos com os vizinhos de uma gigantesca frlonteira. Porque êsse esquecimento ?". Não houve esquecimento algum. Ou eu muito me engano ou a primeira parte aqui se refere ao Acre. Essa e as outras questões de limites, com os seus respectivos antecedentes, caberão melhor nos volumes relativos à República. Parece-me que o nosso desentendimento, neste e nos outros casos, resulta do facto de, pessoalmente, não me dar eu muito bem com a historiografia varejista, que procura retalhar tudo num vasto compendio de eras,

com ou sem erros. A outra discrepância parece-me vir do fato de ter~~ce~~u procurado em um dos volumes, o 2º do Brasil Monárquico, optado pelos enfoques regionais, onde pude contar, aliás, com a sua preciosa colaboração. Isso talvez sugerisse que os demais volumes seguiriam identico critério. Houve, contudo, um motivo especial para semelhante solução no caso. É que feita a Independência e reunidas as províncias, com a Côrte no Rio de Janeiro, haveriam de aguçar-se momentaneamente ao menos, os ciumes e peculiaridades regionais, que poderiam repercutir mais tarde de algum modo, mas que seriam amainados, ou amordaçados, se v. quizer, por volta de 1848/49. A partir de então passa a haver uma centralização excessiva do ponto de vista político, reforçada ainda mais pelo novo eixo económico, devido ao maior desenvolvimento da lavoura cafeeira ao redor da Côrte. O tratamento unitário, a partr de então, parece condizer melhor com um período em que a própria unidade nacional deixa de ser desafiada com a mesma força. Além dessa razão, há outra que se refere à economia geral da obra. A abordagem por miudo até o final do Império e mais tarde acarretaria o risco de aumentar de forma intoleravel as dimensões da mesma obra.

Le esquecendo-me, com essas explicações, de outras ^{que} ~~que~~, a seu ver não foram objeto de qualquer referênci^a, por mais reduzida que fosse. Uma diz respeito à abertura das águas do Amazonas a embarcações de todos os paizes, com os problemas internacionais que antecederam a medida. Está às páginas 54 e 55 do volume, naturalmente sem o desenvolvimento amplo que se deu a outros problemas que aparentemente afetaram mais a vida interna do país: a Guerra do Paraguai, por exemplo. Queixa-se v. também da omissão total de referencia ao ter provocado a Amazonia o "movimento migratorio nordestino" e "no campo das relações internacionais, a nossa participação com o monopolio da borracha". Está às páginas 248-249. São ao todo 78 linhas, e linhas de mais de 70 espaços, o que não é pouco a meu ver. E se v. ainda achar pouco repare no final, onde está dito: "Seu apogeu e colapso [da borracha] não pertencem ao Brasil monárquico. Baste notar que o valor da borracha exportada pelo país durante todo o último decênio da Monarquia ainda é inferior à média que alcançou em cada um dos primeiros ânos do presente século".

Isto quer dizer que v. talvez possa ver nos volumes restantes (da República) muito do que v. não quiz ver, ou viu com maus olhos nos dois úlyimos. Quem sabe se aparecerá até a Transamazonica? Todavia não afirmo nada, porque resolvi, com o 7º aposentar-me também da História Geral, porque preciso de mais tempo para ou-

trabalhos urgentes. Ainda não está bem decidido sôbre quem será meu sucessor. Quando muito colaborei com êle em algum capítulo que me interesse particularmente. Sei que há outros pecados e certamente mais graves do que aquêles que v. observou com tamanha veemencia. Os que v. denunciou ou não são pecados, ou não são mortais, e só agora percebo que me mostrei respondão demais. É verdade que sou muito suspeito. Certo ?

Um abraço do